



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Exploração e Opressões no capitalismo

Racismo, Capitalismo e Saúde Mental: da lógica manicomial à experiência universitária

Tathiana Meyre da Silva Gomes¹

Layenne Gomes Ribeiro²

Resumo: Este trabalho problematiza os impactos do racismo na saúde mental de mulheres negras no ensino superior, compreendendo o racismo e o sexismo como elementos estruturantes da sociedade capitalista brasileira. A partir de uma perspectiva crítica a pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão integrativa da literatura e discute como as desigualdades raciais e de gênero atravessam a trajetória acadêmica desses estudantes, produzindo sofrimento psíquico, sentimento de não pertencimento e processos de invisibilização. Além disso, aborda-se o papel das redes de apoio e da coletividade como estratégias de resistência, fortalecimento identitário e enfrentamento das violências presentes no ambiente universitário.

Palavras-chave: racismo; saúde mental; mulheres negras; ensino superior; capitalismo.

Gender and Race Relations: The Impact of Racism on the Mental Health of Black Female College Students

Abstract: This study problematizes the impacts of racism on the mental health of Black women in higher education, understanding racism and sexism as structuring elements of Brazilian capitalist society. From a critical perspective, the research was developed through an integrative literature review and discusses how racial and gender inequalities shape the academic trajectories of these students, producing psychological distress, feelings of non-belonging, and processes of invisibilization. In addition, the study addresses the role of support networks and collectivity as strategies of resistance, identity strengthening, and coping with the forms of violence present in the university environment.

Keywords: racism; mental health; Black women; university; capitalism.

1. Introdução

Enquanto a questão negra não for assumida pela sociedade brasileira como um todo, negros e brancos, e juntos refletirmos, avaliarmos, desenvolvermos uma práxis de conscientização da questão da discriminação racial neste país, vai ser muito difícil, no Brasil, se chegar ao ponto de efetivamente sermos uma democracia racial. (GONZALEZ, 2020, p.310)

¹ Pós-Doutora em Serviço Social pela UFRJ. Doutora em Serviço Social pela PUC-Rio e professora da Escola de Serviço Social na Universidade Federal Fluminense. Email: tathianagomes@id.uff.br

² Mestranda no programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense. Graduada pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Email: layennegr.uerj@gmail.com

Este trabalho problematiza os impactos do racismo na saúde mental de mulheres negras no ensino superior, compreendendo o racismo e o sexismo como dimensões estruturantes da sociedade capitalista brasileira.

Determinadas estruturas sociais, historicamente constituídas e enraizadas, tais como o racismo estrutural, o patriarcado, as desigualdades e a herança escravocrata tendem a ser percebidas como naturais, embora resultem de processos históricos de longa duração que promoveram a distribuição desigual de poder, riqueza e oportunidades. No contexto brasileiro, diferentes indicadores sociais evidenciam a persistência dessa dinâmica estrutural. Para Bento (2022) “as hierarquias de raça e gênero foram fundamentais para a estruturação do pensamento colonial”. A análise de variáveis como renda, acesso a espaços de poder e mobilidade social, entre outros, revela a recorrência de uma hierarquia social na qual homens brancos ocupam posições de maior privilégio, seguidos por mulheres brancas, homens negros e, por fim, mulheres negras em posições de maior vulnerabilidade socioeconômica. Essa configuração é reveladora do modo como o racismo e o sexismo constituíram a formação social e econômica do país (Mariosa, 2024).

A ampliação no acesso ao ensino superior brasileiro nas últimas décadas, impulsionada pelas políticas de ações afirmativas, promoveu mudanças significativas no perfil racial e socioeconômico e de gênero das universidades públicas. Entretanto, ainda que tais políticas tenham possibilitado o aumento dos ingressos de estudantes negras e negros, persistem desigualdades estruturais que desafiam a permanência e atravessam as condições de vivência no ambiente acadêmico.

Em particular sobre a realidade das mulheres, sobretudo, das mulheres negras, essas vivências são ainda mais dolorosas. A intelectual bell hooks (2022), exemplifica em seu livro “E eu não sou uma mulher?” que “Mulheres negras formam um dos grupos de mulheres mais desvalorizados na sociedade estadunidense e, portanto, têm sido alvo de abuso e da crueldade [...]”, e isso não está distante do cenário brasileiro.

Nesse contexto, tomou-se como objeto de investigação problematizar como as relações entre raça e gênero, articuladas no capitalismo, incidem sobre a saúde mental de mulheres negras universitárias. A partir de uma perspectiva crítica, compreende-se que o racismo e o sexismo não operam de forma isolada, mas se entrelaçam historicamente como mecanismos de exploração e opressão, estruturantes do capitalismo. As mulheres

negras, situadas na intersecção dessas relações, vivenciam formas específicas de violência simbólica, institucional e subjetiva, que impactam diretamente suas trajetórias educacionais e sua saúde mental (Ferreira, 2025).

Nesse sentido, torna-se fundamental compreender tais experiências para além de uma dimensão individual, situando-as no interior das relações sociais que estruturam o capitalismo. Parte-se do pressuposto de que o racismo, articulado ao patriarcado, constitui um dos principais mecanismos de organização das desigualdades sociais, operando tanto na exploração material quanto na produção de subjetividades marcadas pela exclusão, pelo silenciamento e sofrimento (Gonzalez, 2020).

Dessa forma, o presente trabalho busca problematizar os efeitos do racismo sobre a saúde mental de mulheres negras no ensino superior, destacando como tais experiências se articulam às dinâmicas mais amplas de desigualdade social, exclusão e reprodução das hierarquias raciais e de gênero. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, desenvolvida por meio de revisão integrativa da literatura, com base na análise crítica de produções acadêmicas acerca das interseções entre raça, gênero, saúde mental e educação superior. O levantamento bibliográfico foi realizado por meio de consultas em bases de dados científicas, tais como Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Google Acadêmico. Os descritores utilizados foram: “racismo e mulheres universitárias”, “sexismo e universidade”, “saúde mental de mulheres negras universitárias”. Foram analisados artigos publicados de 2019 a 2026. Os critérios de seleção envolveram a pertinência temática, a contribuição das produções para a compreensão das relações entre racismo, sexismo e mulheres negras na universidade. A metodologia adotada possibilitou identificar e sistematizar contribuições teóricas e analíticas relevantes para a compreensão das desigualdades raciais e de gênero que atravessam a experiência universitária de mulheres negras.

2. Relações entre Gênero e Raça: Impactos do Racismo na saúde mental das mulheres negras universitárias.

A compreensão dos impactos do racismo na saúde mental de mulheres negras universitárias exige uma análise que articule dimensões históricas e estruturais das formas de controle social no Brasil. Conforme evidenciado por Souza (2024), a

constituição de instituições como os manicômios, ainda no século XIX, está diretamente vinculada à necessidade de reorganização das formas de dominação após o processo de abolição da escravidão, configurando novos mecanismos de controle sobre uma população majoritariamente negra, agora formalmente livre, mas inserida em condições precárias de existência.

Nesse contexto, o racismo ocasiona uma associação que associam o corpo negro à anormalidade, à periculosidade e à desordem. A psiquiatria, influenciada por teorias eugênicas, desempenhou papel central nesse processo, contribuindo para a patologização da população negra e para a consolidação de dispositivos de exclusão que ultrapassam os muros dos manicômios. Tal dinâmica evidencia que o controle dos corpos e das subjetividades negras sempre esteve no cerne da organização social brasileira, articulando-se às necessidades de reprodução do capital.

No Brasil, os manicômios se tornam uma peça na engrenagem do branqueamento da nação, pois opera verdadeiras conversões nas almas, pois desumanizam à medida que expropriam qualquer possibilidade de manutenção pública de uma linguagem, de uma memória, de hábitos africanos e nesse corpo esvaziado se inocula gradativamente o desejo de embranquecer, ou seja, adotar condutas ditas normais. Por normais, entende-se uma disciplinarização eurocêntrica dos corpos e das condutas. (SOUZA, 2024, p.59)

Ao longo do século XX, essas formas de controle se reconfiguram, mas não se extinguem. A transição do modelo manicomial para outras estratégias de gestão da pobreza e da população negra, como a criminalização das drogas e a intensificação da violência estatal nas periferias demonstra a permanência do racismo como eixo estruturante das políticas de controle social. Nesse sentido, a chamada “guerra às drogas” pode ser compreendida como uma atualização dessas estratégias, operando uma lógica necropolítica que incide de maneira desproporcional sobre corpos negros e territórios periféricos, violência está que foi estrategicamente naturalizada. Como reafirma Passos (2023):

O Estado possui um papel fundamental na centralidade da gestão da guerra e na propagação do medo, já que é operada por uma certa civilidade e racionalidade. Como a barbárie é parte fundante da colônia, a racionalidade branca e de tradição europeia, ocupam o Estado e operacionalizam, em nome da lei, da ordem e dos bons costumes, a manutenção da guerra. Por isso, a produção da morte física e psíquica dos "selvagens", , "inimigos" e "criminosos" não é vista como um problema, uma vez que foram naturalizadas e incorporadas nos espaços institucionais, aparatos jurídicos, modos de vida e processos de subjetivação (PASSOS, 2023, p.101).

Esses processos históricos encontram ressonância nas experiências contemporâneas de estudantes negras no ensino superior. Embora inseridas em um espaço que se apresenta como locus de produção de conhecimento e emancipação, essas mulheres enfrentam cotidianamente manifestações de racismo institucional e interpessoal, que se expressam na deslegitimação de suas falas, na ausência de representatividade, na invisibilização de saberes e na reprodução de estereótipos raciais. Tais experiências produzem um ambiente marcado pelo não pertencimento, pela hipervigilância e pela necessidade constante de validação de suas capacidades.

Do ponto de vista da saúde mental, esses fatores podem contribuir para o desenvolvimento de sofrimento psíquico, manifestado em quadros de ansiedade, estresse, baixa autoestima e síndrome do impostor. No caso das mulheres negras, esses impactos são intensificados pela intersecção entre racismo e sexismo, que produz formas específicas de opressão e vulnerabilização. Assim, o sofrimento psíquico não pode ser compreendido como uma questão individual, mas como expressão das contradições estruturais de uma sociedade que historicamente construiu dispositivos de controle, exclusão e desumanização da população negra.

Além disso, observa-se que, assim como no processo histórico de negação do racismo por meio do mito da democracia racial, o ambiente universitário contemporâneo também opera, muitas vezes, pela invisibilização dessas violências. A dificuldade de reconhecimento institucional do racismo, a fragilidade dos mecanismos de denúncia e a ausência de políticas efetivas de acolhimento psicológico reforçam a reprodução dessas desigualdades no interior das universidades.

Nesse cenário, experiências de discriminação frequentemente são minimizadas, silenciadas ou tratadas como casos isolados, desconsiderando seu caráter estrutural. Tal dinâmica contribui para o aprofundamento do sofrimento psíquico de estudantes negras, que muitas vezes enfrentam sozinhas situações de exclusão, constrangimento e violência simbólica. A naturalização dessas práticas dificulta a construção de espaços acadêmicos verdadeiramente inclusivos, comprometidos com a valorização da diversidade e com o enfrentamento das desigualdades raciais e de gênero.

E mesmo que o ingresso da população negra nas universidades tenha aumentado significadamente por resultado de luta e resistência, a falta de representatividade nesses espaços segue sendo uma questão. Enquanto pretos e pardos são 55,7% da população, no

que se refere ao acesso ao ensino superior ainda está na metade em relação aos brancos e quando se analisa a permanência e conclusão este hiato se acentua, variando em função de regionalidade, gênero e escolha do curso (ALMA PRETA, 2025). Assim, a consolidação das políticas de ação afirmativa e a qualidade da permanência no ambiente universitário são desafios de primeira ordem, uma vez que a representação é indispensável para forjar pertença. Pesquisa realizada com mulheres negras universitárias reforça esta assertiva ao relacionar a ausência de profissionais negros no ambiente acadêmico e assistencial, bem como o quanto sistema institucional de trabalho, como elementos que influenciam a mulher negra na aceitação de relações violadoras e de opressão (Farias et. al., 2025).

Quando nos debruçamos sobre o recorte da pós-graduação, o cenário de desigualdade se aprofunda. O acesso das mulheres negras nesses espaços segue em números reduzidos e torna-se ainda mais restrito para aquelas que pretendem seguir na carreira docente e na produção acadêmica. As desigualdades estruturais presentes desde a educação básica perpassam a trajetória escolar dessas mulheres, produzindo barreiras materiais, simbólicas e institucionais que dificultam sua permanência e ascensão no ambiente universitário. A ausência de políticas efetivas de permanência, o racismo institucional, a sobrecarga de trabalho e cuidado, além da constante necessidade de provar sua capacidade intelectual em espaços historicamente elitizados e embranquecidos, contribuem para o afastamento de muitas mulheres negras da vida acadêmica. Sobre o contexto hegemônico branco e masculino de produção de conhecimento, cabe o destaque de que:

[...] em um país de maioria de mulheres e negros, as formas de produção do conhecimento em espaços de poder continuam baseadas na lógica conhecimento branco versus experiência negra. Uma forma perversa de hierarquizar os sujeitos e os saberes (Xavier, 2019, p. 69)

Por outro lado, assim como destacado nos estudos analisados, a partir de Costa (2022); Machado (2023); Santos (2026); as redes de apoio entre estudantes negras e negros emergem como importantes estratégias de resistência e proteção emocional. Esses espaços coletivos possibilitam a construção de pertencimento, o fortalecimento identitário e a elaboração compartilhada das experiências de racismo, atuando como contraponto às dinâmicas excludentes do ambiente acadêmico.

Para esses grupos, a presença na universidade não era um “favor” concedido pelas instituições, mas uma conquista que exigiria a constante desconstrução de barreiras históricas e culturais da branquitude. Para muitos estudantes, especialmente as mulheres negras, ocupar um espaço universitário iria além da inclusão individual: tratava-se de um ato coletivo de transformação. É o caso de várias integrantes de coletivos de mulheres negras, que viam na ocupação desses espaços acadêmicos uma forma de “enegrecer” a universidade, ampliando sua representação e questionando as bases da exclusão: “A adoção do sistema de cotas não é um favor concedido pela universidade; muito pelo contrário, nós cotistas, nós negras, é que estamos fazendo um favor à academia: levando nosso coração para dentro de uma máquina que tem operado pela exclusão, para que agora finalmente ela seja um espaço plural e vivo”, afirmou uma estudante e membro do coletivo Nosso Coletivo, da UnB. (COMCIÊNCIA, 2024)

Além disso, tais redes também desempenham um papel político importante ao tensionar estruturas institucionais historicamente marcadas pelo racismo e pela exclusão. A partir da coletividade, estudantes negras e negros passam a reivindicar não apenas permanência no espaço universitário, mas também reconhecimento, representatividade e condições mais dignas de existência dentro da academia. Dessa forma, o apoio mútuo ultrapassa a dimensão individual do cuidado emocional, constituindo-se como prática coletiva de resistência, fortalecimento subjetivo e enfrentamento das desigualdades raciais presentes no ambiente educacional.

3. Considerações Finais

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho possibilitou compreender que os impactos do racismo na saúde mental de mulheres negras universitárias não podem ser interpretados de maneira individualizada, descontextualizada e desvinculada das determinações históricas e estruturais que organizam a sociedade brasileira. O sofrimento psíquico vivenciado por essas mulheres não surge de experiências isoladas, mas da permanência de relações sociais marcadas pelo racismo, pelo patriarcado e pelas desigualdades produzidas e aprofundadas pelo capitalismo. Trata-se de um processo histórico que atravessa gerações e que continua operando na contemporaneidade por meio de mecanismos institucionais, simbólicos e subjetivos de exclusão.

Ao longo da discussão, foi possível observar que as formas de controle e desumanização da população negra não se encerraram com a abolição formal da escravidão. Pelo contrário, reconfiguraram-se em diferentes instituições e políticas de controle social, como os manicômios, a criminalização da pobreza, a violência estatal e a guerra às drogas. Esses mecanismos demonstram que o racismo ocupa um lugar central

na organização social brasileira, operando tanto na exploração material quanto na produção de subjetividades marcadas pelo medo, pela vigilância, pelo silenciamento e pela negação da humanidade da população negra.

Nesse contexto, a universidade, embora frequentemente apresentada como espaço de emancipação, produção de conhecimento e ascensão social, também reproduz as contradições e desigualdades presentes na sociedade. As estudantes negras, mesmo após os avanços proporcionados pelas políticas de ações afirmativas, continuam enfrentando diferentes formas de violência racial e de gênero no cotidiano acadêmico. A ausência de representatividade nos espaços de poder, a deslegitimação intelectual, a invisibilização de saberes negros, o questionamento constante de suas capacidades e o sentimento de não pertencimento constituem experiências que produzem desgaste emocional e sofrimento psíquico.

Além disso, torna-se importante destacar que as experiências das mulheres negras no ensino superior são atravessadas por múltiplas opressões. A intersecção entre racismo e sexismo produz formas específicas de vulnerabilização que impactam diretamente sua autoestima, suas relações sociais, seu desempenho acadêmico e sua saúde mental. Dessa forma, compreender a realidade dessas estudantes exige reconhecer que raça, gênero e classe não atuam separadamente, mas se articulam de maneira estrutural na produção das desigualdades sociais.

Outro aspecto relevante evidenciado neste trabalho refere-se à permanência do mito da democracia racial como mecanismo de invisibilização das violências sofridas pela população negra. Muitas vezes, o racismo no ambiente universitário manifesta-se de forma sutil, naturalizada ou institucionalmente negada, dificultando a construção de espaços efetivos de acolhimento e enfrentamento dessas situações. A fragilidade das políticas institucionais voltadas à saúde mental, somada à ausência de escuta qualificada e de mecanismos eficazes de denúncia, contribui para o aprofundamento do sofrimento psíquico de estudantes negras.

Por outro lado, também foi possível identificar a potência das estratégias coletivas de resistência construídas por estudantes negras e negros no interior das universidades. As redes de apoio, os coletivos estudantis e os espaços de compartilhamento de experiências emergem como fundamentais para a construção de pertencimento, fortalecimento identitário e enfrentamento das violências raciais. Essas iniciativas

demonstram que o cuidado e a resistência coletiva possuem papel central na produção de saúde mental e na permanência universitária da população negra.

Nesse sentido, pensar a saúde mental de mulheres negras universitárias implica, necessariamente, discutir o compromisso das instituições de ensino superior com a transformação das estruturas racistas e excludentes que ainda organizam o espaço acadêmico. Não basta garantir o ingresso de estudantes negras nas universidades; é necessário construir condições concretas de permanência, acolhimento e existência digna. Isso envolve políticas permanentes de assistência estudantil, suporte psicológico racialmente orientado, fortalecimento de ações antirracistas, ampliação da representatividade negra nos espaços institucionais e valorização de epistemologias produzidas por intelectuais negras e negros.

Por fim, este trabalho reafirma a importância de produzir reflexões críticas sobre os impactos do racismo na saúde mental da população negra, especialmente das mulheres negras, compreendendo que o sofrimento psíquico também é uma expressão da questão social. Discutir saúde mental, nesse contexto, é discutir desigualdade, violência, exclusão e direitos sociais. Assim, torna-se fundamental fortalecer práticas acadêmicas, políticas e profissionais comprometidas com a construção de uma sociedade efetivamente antirracista, na qual mulheres negras possam não apenas acessar a universidade, mas ocupar esse espaço com dignidade, reconhecimento, pertencimento e possibilidade real de existência plena.

Referências

BENTO, Cida. **Capitalismo Racial**. Pacto da Branquitude. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

COSTA, Lia; REIS, Maria. **A emergência dos coletivos negros e o combate à escassez epistemológica**. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v.21, n. 1, p. 111-129, jan-abr, 2022.

FARIAS, Fabiele et. al. **Mulheres negras universitárias e racismo**. In: Ensino, Educação e Ciências Humanas, v.26, n.2, 2025. Disponível em <https://revistaensinoeducacao.pgsscogna.com.br/ensino/article/view/12939/7715> Acesso 08 de abril de 2026.

FEOLA, Fernanda R.; RODRIGUES, Luciana. **Escuta em movimento: em busca de uma prática não violenta em saúde mental**. Narrativas de violência e saúde mental: experiências e territórios / Organizadores: Carlos Alberto Severo Garcia Jr. e Roger Flores Ceccon – 1. ed. -- Porto Alegre, RS: Editora Rede Unida, 2024.

FERREIRA, Luana K. C.; RODRIGUES, Poliany, C. O. **Descolonização e saúde mental na universidade: Uma análise a partir de Freire, Fanon, Hall e hooks**. Revista da Faculdade de Educação (FAED) . Vol. 41, e412511, Jan./Dez. 2025.

GONZALEZ, Lélia. **A democracia racial: Uma militância**. Por um feminismo afro-latino-americano, Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **A mulher negra na sociedade brasileira**. Por um feminismo afro-latino-americano, Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Por um feminismo afro-latino-americano, Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUERRA, Nathalia E. M. et al. **O racismo institucional na universidade e consequências na vida de estudantes negros: um estudo misto**. Ciência e Saúde Coletiva. v.29, n.3, 2024.

HOOKS, bell. **O imperialismo do patriarcado**. E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismos. Rio de Janeiro. Rosa dos Tempos. 11ª ed, 2022.

MACHADO, Lucas A; Grossi, Patrícia K. **O projeto ético-político de bell hooks para a educação: contribuições para o campo da Educação em Direitos Humanos**. Educação, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 1-14, jan-dez. 2023.

MARIOSIA, Gilmar et. al. **Impactos psicossociais do racismo na saúde mental de mulheres negras**. Revista da ABPN. [S. l.], v. 15, n. 43, 2024. Disponível em: <https://abpn.emnuvens.com.br/site/article/view/1609>. Acesso em: 10 maio. 2026.

MARTINS, Poliana. **Coletivos negros na universidade na universidade ampliam inclusão**. Comciência, 25 de nov. 2024. Disponível em: <https://www.comciencia.br/coletivos-negros-na-universidade-ampliam-inclusao/> Acesso em: 11 de maio de 2026. v.15 n.43. Jan-fev. 2024.

MOREIRA, Ana Luísa C. **Vidas negras importam na universidade? O adoecimento psíquico de estudantes negras e negros**. Revista da ABPN . v. 13, n. 37 , Junho – Agosto, 2021, p. 123-150.

PALMA, Yáskara A. et al. **O impacto do racismo na saúde mental das pessoas negras universitárias**. Revista África e Africanidades. Ano XVII / n. 54 – out. 2025.

PASSOS, Raquel G. **O cuidado em saúde mental como (re)existência**. “Na mira fuzil”: a saúde mental das mulheres negras em questão. Hucitec. São Paulo. 1ª ed, 2023.

PAULA, Tadeu. **Da raiz à radicalidade da Reforma Psiquiátrica: racismo, manicômios e guerra às drogas**. (In) Violência e Saúde Mental: desafios contemporâneos / Organizadores: Carlos Alberto Severo Garcia Jr. e Roger Flores Ceccon – 1. ed. -- Porto Alegre, RS: Editora Rede Unida, 2024, pp.56-72.

PIRES, Anderson M.; OLIVEIRA, Artur Bruno F.; SOUZA, Wilkson C. **Experiências universitárias de pessoas negras: desigualdade racial e saúde mental**. Revista Sociais e Humanas. Santa Maria, v. 37, 2024.

RAMOS, Giovanne. **Acesso de negros ao ensino superior quintuplica, mas ainda é metade do de brancos, diz IBGE**. Alma Preta. 26 de fev. 2025. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/acesso-de-negros-ao-ensino-superior-quintuplica-mas-ainda-e-metade-do-de-brancos-diz-ibge/> Acesso em: 10 de maio de 2025.

SANTOS, Camila. **A emancipação da mulher negra é coletiva**. Alma Preta, 8 mar. 2026. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/quilombo/a-emancipacao-da-mulher-negra-e-coletiva/>. Acesso em: 11 de maio 2026.

TAVARES, Breitner L.; BARBOSA, Caio S. **Vivências e saúde mental: um estudo com estudantes negros em uma instituição pública de ensino superior no Distrito Federal**. Revista Observatório De La Economia Latinoamericana. Curitiba, v.23, n.12, p. 01-15. 2025.

ULGUIM, Sibele R. et al. **Racismo no ensino superior: Representações sociais de estudantes negros**. Boletim de Conjuntura. ano VII, vol. 23, n. 68, Boa Vista, 2025.

XAVER, Giovana. **Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudos por mulheres negras contando sua própria história**. Rio de Janeiro: Malê, 2019.